

Espaço público, cultura e participação popular na cidade contemporânea

Espace public, culture et engagement populaire dans la ville contemporaine

Public space, culture and popular participation in the contemporary City

Angelo Serpa

Professor adjunto doutor do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia, com Pós-doutorado em Geografia Cultural pela Universidade de Paris IV (Sorbonne), pesquisador do CNPq, Av. Princesa Leopoldina, 359, Apto. 602, Ed. Vale da Princesa, Graça - Salvador, BA - CEP: 40.150-080
angserpa@ufba.br

Resumo: O texto discute o papel do espaço público na cidade contemporânea como espaço de ação política e arena para manifestação de diferentes ideias de "cultura" no contexto urbano. A cultura é vista aqui como um motivo de conflito de interesses nas sociedades contemporâneas, um conflito pela sua definição, pelo seu controle, pelos benefícios que assegura. Busca-se uma ideia de "cultura" que abarque as representações e práticas sociais das classes populares nas cidades contemporâneas, a partir de relatos de moradores dos bairros populares de Salvador visando ao aprofundamento da discussão sobre a participação popular na formulação e gestão de políticas culturais num momento de consolidação de atividade turística na cidade. Na segunda parte do trabalho, tomando-se a formulação do conceito de "entre-lugar" como ponto de partida, analisa-se o exemplo das rádios comunitárias nos bairros populares de capital baiana, atentando-se para a força das táticas enraizadas no lugar a que podem subvertir a lógica da produção de hegemonias culturais nas cidades contemporâneas. Por fim, sugere-se uma análise fenomenológica e praxeológica das trajetórias culturais dos grupos que produzem e reproduzem ideias de cultura alternativas à cultura dominante, a fim de apreender a composição dos lugares onde estes grupos atuam, bem como a inovação que modifica estes lugares ao atravessá-los, por sua abrangência de atuação.

Palavras-chave: Espaço Público, Cultura Popular, Participação Popular, Entre-Lugar, Rádios Comunitárias.

Résumé: L'article aborde le rôle de l'espace public dans la ville contemporaine comme lieu de l'action politique ainsi que de la manifestation des différentes idées de culture dans le contexte urbain. La culture est vue ici comme une raison de conflits d'intérêts dans les sociétés contemporaines, des conflits pour régler sa définition, pour la contrôler et surtout pour participer aux bénéfices qu'elle assure. On cherche une idée de «culture» qui embrasse les représentations et les pratiques sociales des habitants des quartiers populaires à Salvador, en suivant le but d'approfondir la discussion autour de l'engagement des couches populaires à la formulation et la gestion des politiques culturelles à un moment de consolidation d'activités liées au tourisme dans la capitale baianaise. Dans la deuxième partie du texte, à partir de la définition du concept d'«entre-lieu», on analyse l'exemple de l'ensemble des installations, services et programmes de la radio dite «communautaire» dans les quartiers populaires à Salvador, pour ensuite discuter la force des actions attachées aux lieux face aux stratégies de production d'hégémonies culturelles dans les villes contemporaines. Finalement, on propose une analyse basée sur la phénoménologie, sur la praxis et les trajectoires culturelles des groupes qui produisent des idées alternatives aux idées dominantes de culture, pour appréhender la structure des lieux, où ces groupes agissent, ainsi que les résultats de leur action.

Mots-clés: espace public, culture populaire, engagement populaire, «entre-lieu», radio communautaire.

Abstract: The text is about the part the public space plays in the contemporary city as the space of politic actions and to show different ideas of "culture" in urban context. The culture here, as occasion of contemporary societies interests conflict, one conflict for its definition, its control and for the assured benefits. It is to look for one "culture" idea that embrace the social representations and practices of common citizen in contemporary cities, from Salvador's popular quarters residents reports, in order to make a profound study of the popular participation in formulation and management of cultural policies when happens the consolidation of touristy activities in the city. The second part of the text uses the formulation of the "inter-place" concept to analyzes the example of communitarian radios in popular quarters of Bahia's capital, with attention in the power of their established tactics that can subvert the logic of hegemonic cultural production in contemporary cities. Finally the suggestion for a phenomenological and praxeological analyze of the cultural ways of the groups that produce and reproduce alternative cultural ideas against the dominate ones, in order to understand the places where these groups act as well as the innovation that changes these places because of their actuation.

Keywords: Public Space, Popular Culture, Popular Participation, Inter-Place, Communitarian Radios.

Espaço público e ação política

Para Hannah Arendt, dois fenômenos estão relacionados com o termo "público": aquilo que pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível; ou significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Arendt ressalta a dificuldade que experimentamos em compreender a divisão decisiva entre as esferas pública e privada, entre as atividades pertinentes a um mundo comum e aquelas pertinentes à manutenção da vida (ARENDR, 2000).

Segundo a autora, a ascendência da esfera social, que não é nem privada nem pública, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no Estado Nacional. A "economia nacional" ou a "economia social" vão paulatinamente substituindo a "ação política" nesse processo, indicando o surgimento de uma espécie de "administração doméstica coletiva". Pensando nesses termos, o comportamento substitui a ação como principal forma de relação humana e o que tradicionalmente chamamos de Estado e de Governo cede lugar à mera administração pública.

Somente quando a riqueza transformou-se em capital, cuja função única era gerar mais capital, é que a propriedade privada perdeu seu caráter mundano e passou a situar-se na própria pessoa. A principal característica da moderna teoria política e econômica, conforme Arendt, tem sido a ênfase que coloca nas atividades dos donos de propriedades e em sua necessidade de "proteção governamental" para fins de acúmulo de riqueza (ARENDR, op. cit.).

A idéia de opinião pública remonta aos séculos XVII e XVIII com Hobbes, Locke e Rousseau. Na França, com Rousseau e os Enciclopedistas era a opinião do povo sustentada pela tradição e pelo bom senso; ou ainda a opinião, que através da discussão crítica na esfera pública é purificada numa "opinião verdadeira". Nela se dissolve e se supera a antítese entre opinião e crítica (apud HABERMAS, 1984).

De acordo com Rousseau, a vontade geral seria antes um consenso dos corações que dos argumentos. No contrato social preconizado por ele, cada um deveria submeter à comunidade a sua pessoa, os seus bens e todos os seus direitos para, através da mediação da vontade comum, participar nos direitos e deveres de todos. A Democracia de Rousseau baseia-se na idéia do plebiscito permanente, a opinião pública resultando dos cidadãos reunidos para aclamação e não da argumentação pública de um "público esclarecido" (apud HABERMAS, op. cit.).

Enquanto os Fisiocratas defendiam um absolutismo complementado por uma esfera pública criticamente atuante, Rousseau quer democracia sem discussão pública. Aqui, a opinião pública equivale ao "mudo espírito do povo". Como os Enciclopedistas, Kant inicialmente concebe o uso público da razão como coisa de eruditos, que deveriam induzir o povo a se servir de sua própria razão. Esta era a base para a soberania popular em Kant, para o qual as ações políticas são ações morais, a "legalidade" vista como decorrência da "moralidade". De acordo com isso, a soberania das leis é conseguida através de uma esfera pública cuja capacidade funcional é imposta, sobretudo, com a base natural do estado de direito (apud HABERMAS, op. cit.).

Tocqueville entendia que a opinião pública determinada pelas paixões das massas necessitaria ser "purificada" através dos "competentes pontos de vista" de cidadãos materialmente independentes, reivindicando a criação de poderes intermediários para incorporar efetivamente a opinião pública na divisão e na limitação dos poderes governamentais. Para Mill, questões políticas não deveriam ser decididas através de um apelo direto ou indireto à visão ou vontade de uma "multidão inculta", mas só através dos pontos de vista formados depois de considerações pertinentes por um número relativamente pequeno de pessoas, reivindicando uma esfera pública sem classes, representativa e sem hierarquia (apud HABERMAS, op. cit.).

No campo ideológico oposto, a opinião pública é denunciada por Marx como falsa consciência: Ela esconde de si mesma o seu verdadeiro caráter de máscara do interesse de classe burguês. Desse modo, a esfera pública contradiz seu próprio princípio de "acessibilidade universal". O poder político no sentido autêntico é o poder organizado de uma classe para opressão de outra. Para Marx, o princípio da autonomia não poderia se basear na propriedade nem na esfera privada, mas deveria buscar sua fundamentação na própria esfera pública (apud HABERMAS, op. cit.).

O que é cultura?

Segundo Arendt, Cultura e Política são fenômenos da esfera pública, pois ambos baseiam-se na capacidade de julgamento e de decisão. Cultura indica que arte e política, não obstante seus conflitos e tensões se inter-relacionam e até são dependentes. Em juízos estéticos, tanto quanto em juízos políticos, toma-se uma decisão. A atividade do gosto decide como o mundo deverá parecer, independentemente de sua utilidade e dos interesses que tenhamos nele. Visto assim, o gosto é a capacidade política que humaniza o belo e cria uma "cultura" (ARENDR, 2002a).

Cultura (palavra e conceito) é de origem romana, significava originalmente agricultura, rida em alta conta na Roma antiga em oposição às artes plásticas e ao fabrico. Também exprimia a reverência romana para com o testemunho do passado (preservação do legado grego e continuidade da tradição). Mesmo no presente, cultura ainda é pensada nos termos de tornar a natureza um lugar habitável para as pessoas e de cuidar dos monumentos do passado. Mas isso não esgota os significados da palavra, do conceito de cultura (ARENDR, op. cit.).

Buscar uma idéia de "cultura" que abarque as representações e práticas sociais das classes populares nas cidades contemporâneas, evidenciando as características e as possíveis peculiaridades das manifestações culturais populares, parece, a princípio, tarefa ingrata e complexa, particularmente em Salvador, num momento de transformações evidentes da paisagem da cidade para o consumo turístico.

Qual o impacto dessas estratégias econômicas no acontecer das manifestações culturais nos bairros populares de Salvador?

O que se entende, afinal, por "cultura" nas áreas de urbanização popular das cidades contemporâneas?

Para os moradores dos bairros populares de Salvador¹, cultura significa arte, música, o aprendizado cada vez mais amplo, para ser passado às próximas gerações, tudo que vem do passado, construído ao longo do tempo e das gerações, o acervo de conhecimentos de uma comunidade, tudo aquilo que marca um lugar, as raízes étnicas e as festividades:

"Cultura é o acervo de conhecimentos de um povo, de uma comunidade. É o legado do passado que vai garantir o futuro, um acervo de conhecimentos e costumes." (José Salvador da Paz Barros, 60 anos, morador de São Tomé de Paripe)

"Cultura é aprimoramento intelectual, é crescimento intelectual. Um aprendizado!" (Rosilene Alves dos Santos, 37 anos, moradora da Boca do Rio)

"Cultura no primeiro plano é desenvolvimento da leitura, porque tem que lutar pelo saber, pela escola, pra daí surgir a cultura." (Hilda de Jesus Santos – Mãe Hilda, 81 anos, moradora do Curuzu)

"Cultura é arte, é música." (Geane da Silva Cordeiro, 25 anos, moradora de São Tomé de Paripe)

Muitos associam cultura à dança, ao artesanato, à conscientização, à tradição:

"Cultura são manifestações que vêm do povo. A maioria dessas manifestações culturais sempre emana do povo mais humilde." (Antônio Carlos dos Santos Vovò, 51 anos, morador do Curuzu)

"Nós temos a musicalidade dos Alagados, nós temos alguns grupos de percussão e temos também trabalhos de coreografia." (João Carlos de São Pedro, 33 anos, morador da Ribeira)

"A nossa cultura... hoje a comunidade mantém essa cultura, principalmente a capoeira." (Severina Corrcia Dias de Melo, 53 anos, moradora de Paripe)

"Cultura são os laços de identidade de um povo." (Jailson Silva dos Santos, 27 anos, morador da Boca do Rio).

"A cultura do artesanato. Ainda hoje existem mulheres rendeiras... Essas mulheres apareceram no bairro em função da fábrica têxtil, já tem mais de um século e foi passando de mãe para filha até hoje. Elas têm essa necessidade de passar essa cultura que é arte." (Joseane Santos da Cruz, 29 anos, moradora de Plataforma)

¹ Relatos obtidos a partir das pesquisas do Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação do Departamento e Mestrado de Geografia da Universidade Federal da Bahia, num universo de oito bairros populares em Salvador. Sobre a aplicação do conceito de redes sociais para amostragem dos entrevistados ver Serpa, 2005.

Cultura e participação popular

A cultura é um motivo de conflito de interesses nas sociedades contemporâneas, um conflito pela sua definição, pelo seu controle, pelos benefícios que assegura.

"Cultura, cultura é tudo!" (Renivaldo Santana Sena, 38 anos, morador do Curuzu).

Cultura é tudo e nada ao mesmo tempo, devemos negar seu caráter ontológico com a força de um não verdadeiro: Cultura não existe! (MITCHELL, 1996). Visto assim, o que existe é uma idéia de cultura apropriada e disseminada para o bem e para o mal, se é que podemos falar de um modo tão maniqueísta sobre a idéia de cultura. Cultura é linguagem que se traduz em códigos, mas precisamos, sobretudo, entender como surge a idéia de cultura, o porquê de sua força, relacionando-a com as estratégias dos agentes que produzem a cidade, via meios de comunicação, incluindo o teatro, o rádio, o cinema e a televisão.

Isto sugere uma possível agenda para a geografia cultural. Compreender como grupos poderosos historicamente operacionalizaram a noção de cultura, examinando, por exemplo, como referências à cultura e às diferenças culturais (e sua valorização como atributos de um povo) ajudam à colonização, à "guerra" étnica, à produção de uma "subclasse", (isso) nos permitirá a começar verdadeiramente a ver as "geografias da cultura" (...) como processos sociais reais, práticas de representações sociais. (MITCHELL, op. cit., p. 47)

O ponto de partida para qualquer análise em Geografia Cultural deve ser, portanto, o de compreender como a *"idéia de cultura funciona em meio e através de relações sociais de produção e reprodução"* (MITCHELL, op. cit., p. 46). Com as leis do mercado penetrando na substância das manifestações culturais e tornando-se iminentes a elas como leis estruturais, tudo – difusão, escolha, apresentação e criação – se orienta, nos setores amplos da cultura, de acordo com estratégias de venda do mercado. A Bahia e sua capital transformam-se em produtos turístico-publicitários, com a distribuição desigual e segregadora de equipamentos culturais no tecido urbano-regional. Assistimos à emergência de "novas" tradições reinventadas a cada dia para um consumo turístico cada vez mais segmentado e diferenciado.

É uma lógica homogeneizante, que exprime uma posição "de força", afirmando a universalidade dos valores culturais das classes médias urbanas, se apropriando de tudo que parece digno de ser extirpado das classes populares, num processo de "vampirismo cultural". Vista neste contexto, a atividade turística faz com que as populações locais reinventem seu cotidiano e, nesta reinvenção, a lógica da atividade turística se sobrepõe às tradições locais e à própria identidade da cidade e de seus bairros, impactados por novos valores, novos símbolos, novas referências e expectativas. São valores hegemônicos, já que são impostos por grupos sociais específicos com suas concepções próprias de "cultura".

Como falar de participação popular na formulação de políticas culturais num contexto tão adverso?

Em primeiro lugar, é necessário reconhecer a existência de culturas dominantes e subdominantes ou "alternativas", não apenas no sentido político, como também em termos de sexo, idade e etnicidade, já que o poder é expresso e mantido através da reprodução da cultura (COSGROVE, 1998). Nos bairros populares da cidade, muitas vezes à margem de qualquer subsídio ou lei de apoio à cultura, manifestações populares "alternativas" vão surgindo ou "teimosamente" persistindo.

São manifestações "esquecidas" pela mídia e pelo *marketing* turístico, como a capoeira, as rendeiras, a costura artesanal, as festas de pescadores, os grupos de teatro popular, as festas promovidas pelas associações de moradores, os autos de natal, os corais, os carnavais de bairro, o maculelê, os blocos e as danças afro. Na maioria das vezes, é no espaço das associações de moradores, das paróquias e dos terreiros de candomblé, que essas manifestações encontram algum espaço de expressão. Ao mesmo tempo, muitas delas vão desaparecendo, permanecendo vivas apenas na memória de alguns moradores (SERPA, A., 2004).

Falar de participação popular na construção de políticas culturais para a cidade significa, sobretudo, dar voz e visibilidade para os diferentes agentes e grupos que produzem "cultura", reconhecendo sua diversidade e suas diferenças. É preciso desconstruir a hierarquia das diferenças, que transforma o que é diverso em desigual. A cultura popular não é melhor nem pior que a cultura "erudita", dos teatros, dos museus, das galerias de arte e das casas de espetáculo da cidade.

Esta relação de hierarquia deve ser desconstruída paulatinamente no dia-a-dia da produção cultural urbana. Com hierarquia não há a possibilidade de construção de um diálogo profícuo entre os diferentes agentes e grupos que produzem cultura. Esse diálogo deve estar, aliás, na base de processos identitários, que subsidiem novas e renovadas relações entre estes agentes e grupos, podendo originar, inclusive, conselhos e estruturas de gestão inovadores para a produção cultural da cidade.

Desconstruindo a hierarquia das diferenças: a noção de "entre-lugar"

A chave para a participação é, portanto, o diálogo. E o diálogo pressupõe a desconstrução da hierarquia das diferenças.

É necessária a construção de entre-lugares como arenas para expressão dos conflitos e contradições inerentes à diversidade de culturas nas cidades contemporâneas. Entre-lugares como reflexo e condicionante de territórios planetarizados, mas plenos de "lugar". Entre-lugares como territórios resultantes da *"apropriação do espaço sincronizado pelas múltiplas culturas e grupos humanos"* (SERPA, F., 2004, p. 157).

Deve-se falar na construção de processos identitários que não procedam à reificação da cultura popular nem da cultura dominante, para a construção de algo realmente novo:

A identidade como fundante gera a desigualdade, possibilitando um processo político que se caracteriza pela luta por uma hegemonia universal (...) A diferença como fundante gera, em potência, a igualdade, possibilitando um processo político que se caracteriza por hegemonias localizadas, múltiplas e instáveis, o que gera a necessidade

de conviver com múltiplas subjetividades e vivenciar múltiplos contextos, pois originalmente somos iguais na diferença em potência (...) Identidade e diferença não estão no mesmo universo; se a identidade é fundante, em potência, a diferença é um dado da realidade, constituída como precipitação dos acontecimentos. Se, no entanto, a diferença é fundante, em potência, a realidade é constituída por processos identitários decorrentes da precipitação dos acontecimentos. (SERPA, E., op. cit., p. 166-167)

Se não há hierarquia, deve haver também implícita a idéia de que, na construção de novas estruturas de gestão das múltiplas e diversas "culturas" (e "idéias de culturas") urbanas, todos têm algo a dizer, a fazer, a contribuir. Com certeza isso pode (e deve) ter rebatimento na gestão dos equipamentos culturais das cidades, abrindo seus espaços para esses agentes e grupos da cultura popular, que, em geral, não têm lugar para expressar e desenvolver suas manifestações.

Teatros, galerias de arte, museus, bibliotecas e salas de espetáculo devem servir, portanto, como estruturas necessárias para a consolidação de processos de gestão e produção culturais mais democráticos e livres, sem hierarquias nem desigualdades. Afinal, o sentido político essencial da construção desses novos processos – que não hierarquizem as diferenças – é a liberdade!²

Segundo Certeau (2003), sem que situações socioculturais possam ser articuladas em termos de forças que se defrontam, não pode haver "política cultural":

Trata-se de saber se os membros de uma sociedade, atualmente afogados no anonimato de discursos que não são mais os seus e submetidos a monopólios cujo controle lhes foge, encontrarão, com o poder de se situar em algum lugar em um jogo de forças confessas, a capacidade de se exprimir. (CERTEAU, op. cit., p. 218)

Modos de Comunicação: Entre estratégias hegemônicas e táticas de subversão

Para Gramsci (apud BURKE, 2002), as classes dominantes não governam pela força, mas pelas estratégias (nem sempre sutis) da persuasão, às vezes indirecta, fazendo com que as classes subordinadas aprendam a enxergar a sociedade pelo prisma dos governantes. Nesse contexto, o autor questiona-se ainda sobre a forma de análise e operacionalização do conceito de hegemonia, de que maneira deve-se abordar tais processos, como estratégias conscientes das classes dominantes ou como uma racionalidade latente às suas ações?

Como vamos analisar a conquista bem-sucedida dessa hegemonia? Ela pode ser estabelecida sem o conluio ou convivência de pelo menos alguns dos dominados? Pode-se resistir a ela com sucesso? A classe dominante simplesmente impõe seus valores às classes subordinadas ou há algum tipo de acordo? (BURKE, op. cit., p. 122)

² "Para a pergunta sobre o sentido da política existe uma resposta tão simples e tão concludente em si que se poderia achar outras respostas dispensáveis por completo. Tal resposta seria: O sentido da política é a liberdade". (ARENDDT, 2002b, p. 38)

O entendimento das estratégias de persuasão³ das classes dominantes passa obrigatoriamente pela discussão dos modos e dos meios de comunicação. Se entre 1500 e 1900, a evolução do universo da comunicação parecia algo estável e simples, com o progresso das técnicas de impressão, o sucesso da imprensa escrita e a generalização da obrigatoriedade escolar para as crianças, tornando o papel da comunicação escrita cada vez mais importante, com a evolução das técnicas e dos meios de comunicação e o advento do gramofone, do rádio, da fotografia, do cinema e da televisão, ganham novamente força as imagens e a palavra falada (CLAVAL, 2003).

A existência de redes de comunicação planetária e a simultaneidade das trocas fazem desaparecer as antigas estruturas e hierarquias que, no passado, pareciam naturais:

A esfera do visual e da oralidade tornou-se algo tão universal quanto aquela da escrita. As duas operam sob a lógica da instantaneidade. Como, nessas condições, colocar em oposição o interior e o exterior? Como imaginar que o local possa se proteger das influências externas, se, com a globalização, os movimentos migratórios e a mobilidade universal das mídias, ele agora é capaz de refletir também aquilo que se passa do outro lado do planeta? Como distinguir, dentro do imenso espaço universalista das culturas, as esferas da ordem próxima, frente às quais estamos mais implicados em termos de direitos e deveres?⁴ (CLAVAL, op. cit., p. 28)

Claval vai além e questiona por que reservar às formas intelectuais mais sofisticadas e de acessibilidade restrita uma proeminência que as sobrepõe às culturas autenticamente populares: *"Por que restringir estas últimas às esferas estreitas de vizinhança? Por que não disseminá-las na escala do planeta?"* (CLAVAL, op. cit., p. 29). Aliás, é isso precisamente que distingue as culturas de massa do período contemporâneo das culturas populares dos períodos precedentes e que lhes cederam lugar. As primeiras não hesitam em levar a cabo uma estratégia de popularização, enfatizando os instintos humanos profundos – sexo, vida e morte – para atingir largas audiências, como demonstram os programas de televisão, a música e o cinema. As segundas baseavam-se também em instintos e sentimentos, mas veiculavam princípios éticos e morais enraizados nos lugares e mundos vividos (CLAVAL, op. cit.).

Para Habermas (op. cit.), a "cultura" que é difundida pelos meios de comunicação é uma "cultura de integração", integrando informação e raciocínio através de estruturas suficientemente elásticas para assimilar também elementos de propaganda, como espécies de super-slogans: *"A esfera pública assume funções de propaganda. Quanto mais ela pode ser utilizada como meio de influir política e economicamente, tanto mais apolítica ela se torna no todo e tanto mais aparenta estar privatizada"* (HABERMAS, op. cit., p. 208).

Considerando-se que as estratégias de concepção (e localização) dos meios hegemônicos de comunicação se dão em pequena escala, em espaços grandes e abstratos, sendo "externas" aos lugares, as táticas de apropriação destes objetos são, sobretudo, "localizadas" e próprias

³ Arendt distingue a "arte da persuasão" como a "arte do falar político", em contraponto a "arte da dialética" como a "arte do falar filosófico": *"A principal distinção entre persuasão e dialética é que a primeira dirige-se sempre a uma multidão, ao passo que a dialética só é possível em um diálogo entre dois"* (ARENDEY, 2002c, p. 96).

⁴ Tradução do autor.

⁵ Tradução do autor.

da grande escala, dos espaços concretos e cotidianos (LACOSTE, 1993). São as táticas que transformam e subvertem as estratégias hegemônicas de representação.

Rádios comunitárias nos bairros populares de Salvador

Práticas de apropriação dos meios de comunicação pelas classes populares, como as iniciativas que se disseminam nas periferias metropolitanas, através das rádios comunitárias, subvertem – taticamente – a hegemonia cultural veiculada pelos meios tradicionais de radio-difusão e criam entre-lugares para o restabelecimento da ludicidade como valor transversal. Entre-lugares que não são nem lugares, nem não-lugares, mas espaços de diálogo e subversão e, sobretudo, de comunicação.

Segundo Downing (2002), a cultura popular é, sem dúvida, uma matriz genérica do que ele denomina de “mídia radical alternativa”, que se entrelaça e dialoga também com a cultura de massa comercializada e com as “culturas de oposição”. Para o autor, a matriz da mídia radical alternativa é

relativamente independente da pauta dos poderes constituídos e, às vezes, se opõe a um ou mais elementos dessa pauta. Ao mesmo tempo, o termo serve para nos fazer lembrar que toda essa mídia é parte da cultura popular e da malha social como um todo e não se encontra isolada, de modo ordeiro, em um território político reservado e radical. (DOWNING, op. cit., p. 39)

A maioria das rádios comunitárias ou alternativas operam em Salvador através do sistema de linha modulada, LM, e cobrem aproximadamente 100 bairros populares. Como, para funcionar, usam caixas de som e não transmitem ondas sonoras, os trâmites burocráticos são mais simples: As emissoras precisam basicamente de uma autorização da SUCOM – Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo, órgão municipal que autoriza e fiscaliza as construções e reformas de casas e edifícios, bem como intervenções nas vias públicas. Do universo de 67 rádios comunitárias, 76% são rádios LM, num total de 51 com atuação na capital baiana (há outras 25 atuando no interior do Estado).

Entre as rádios autodenominadas de “comunitárias”, 16 são rádios FM, cadastradas junto à Associação de Mídias Alternativas e Radiodifusão Comunitária da Bahia (ARCOBA). No caso das FMs o órgão fiscalizador é a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, que controla a transmissão das ondas sonoras. Quem está autorizado a transmitir em frequência FM tem que obedecer ao limite de 26 quilowatts. No universo das FMs há casos de rádios itinerantes, sem autorização para funcionar, mudando de lugar em geral a cada três meses, para evitar uma possível autuação baseada na aplicação da Lei Federal nº 9.612, que regulamenta a transmissão dessas rádios.

Embora órgãos como o Ministério da Saúde e instituições como o Sesc/Senac usem com frequência os serviços das LMs para difusão de informações educativas, não há legislação específica que regulamente a atuação dessas rádios. A presidente da ARCOBA, Ivone Alves, é taxativa: “Legalmente elas não existem! E, por este motivo, e pela desinformação da SUCOM, elas

são perseguidas e, às vezes, até fechadas" (JORNAL A TARDE, 24/7/2005, p. 10). A SUCOM se defende afirmando que as multas aplicadas em rádios alternativas decorrem da ultrapassagem do volume permitido (70 decibéis de 7 às 22 horas; 60 decibéis de 22 às 7 horas) e que há muito tempo uma rádio não é fechada, depois da entrada em vigor da Lei das FMs.

Por lei, uma rádio comunitária é aquela que tem como objetivo primeiro prestar serviços aos bairros, sem fins lucrativos. Esta é, aliás, sua principal dificuldade: impedidas de atuarem com fins comerciais e em geral sem apoio institucional, sobrevivem pela paixão de seus donos ou em troca de favores políticos. Os locutores das rádios comunitárias são moradores dos bairros e ganham muito pouco em comparação com o que se paga no mercado profissional. Não há departamento de *marketing* e quem trabalha numa dessas emissoras é um "faz-tudo".

Além da programação musical, as rádios alternativas oferecem ao público serviços como a procura por pessoas desaparecidas e por documentos e objetos perdidos ou a divulgação dos preços promocionais do comércio de vizinhança. "Só trabalho com isso. Não existe patrocínio, só alguns anúncios de casas comerciais do bairro, mas não paga as contas. Eu acho que o governo deveria incentivar, de alguma forma, pois prestamos serviços à comunidade", diz Martim Souza, 38 anos, dono da Rádio NC no Nordeste de Amaralina (JORNAL A TARDE, 24/7/2005, p. 10).

Instaladas normalmente em condições bastante precárias, em "cubículos" dentro da casa dos próprios locutores, as rádios comunitárias mandam mensagens de interesse público para os ouvintes, veiculam avisos de festas, relatos amorosos e muito pagode. "É do que o povão gosta!", acredita o locutor da Rádio Comunitária da Boca do Rio, Marcos Vinícius Oliveira, 26 anos, à frente do programa diário "Boa Tarde, Comunidade", sempre às 14 horas (SSA-JORNAL DA CIDADE, julho de 2005, p. 6). Já Idiano de Jesus, cantor e compositor, proprietário da Rádio Tropical Fênix, com trinta caixas de som espalhadas pelos bairros da Baixa dos Sapateiros, Sete Portas, Baixa de Quintas e Barbalho, não gosta de subestimar o gosto musical dos ouvintes: "A gente toca pagode também, porque é o gosto de muita gente. Mas tem muito feirante da Sete Portas e barraqueiros que gostam e pedem para tocar outro tipo de música. Quem acha o contrário está enganado!" (JORNAL A TARDE, 24/7/2005, p. 10).

Alguns acreditam também que as rádios comunitárias podem ajudar a "levantar a auto-estima das comunidades, com músicas, dicas de cidadania e piadas", como Marivaldo Oliveira, 19 anos e Magno Santos, 17 anos, estudantes da oitava série na Escola Municipal Amai Pro, em Campinas de Pirajá. A escola sedia a rádio LM de mesmo nome, com dez caixas de som instaladas nas ruas do bairro. Os estudantes são os locutores dos programas e veiculam notícias sobre meio ambiente, saúde e identidade étnica. Já a rádio Tropical Fênix veicula programas educativos do Sesc/Senac e dos governos estadual e municipal e, por essa razão, Idiano de Jesus acha que deveria haver algum tipo de contrapartida institucional por parte dos órgãos públicos: "A gente presta serviço aos governos, pois eles sabem da importância e o alcance das rádios, pois nós chegamos diretamente ao povo". Nessa direção, Martim Souza afirma que gosta muito "de levar a notícia para nosso povo que precisa muito disso" (JORNAL A TARDE, 24/7/2005, p. 10).

A atuação das rádios comunitárias nos bairros populares de Salvador demonstra a força das táticas enraizadas no lugar que subvertem a lógica da produção de hegemonias culturais. Interessante notar que em tempos de novas e diversificadas mídias na escala planetária, produto e condição das estratégias de grandes grupos econômicos, uma mídia "falada" e sem a força da visualidade, como o rádio, vai se afirmando como tática de apropriação dos meios de comunicação pelas classes populares. Ao seu modo, a população de baixa renda vai produzindo programas, notícias, serviços, arte e música para o "lugar", dialogando com os "não-lugares" dos meios hegemônicos de comunicação, criando em última instância um entre-lugar de diálogo e subversão.

No Bairro da Paz, em Salvador, que concentra população de baixa renda em um dos endereços mais caros da cidade, a Avenida Paralela, a Rádio Comunitária Avançar, uma LM, transmite músicas, noticiário e mensagens que auxiliam na formação de opinião através de 50 autofalantes distribuídos pelas ruas do bairro. Rafael Reis Lima, de 67 anos, um referencial nas lutas pela criação do bairro e locutor da rádio, acha que o espaço das rádios comunitárias pode ajudar na desconstrução dos preconceitos e da estigmatização das classes populares: "o grande patrimônio desse povo é a coragem de lutar". Animado com as conquistas avisa: "Vamos partir para AM e FM!" (JORNAL A TARDE, 24/7/2005, p. 14).

No entanto, para existir legalmente, essas iniciativas têm ainda pela frente um longo caminho a percorrer. Ivone Alves, presidente da ARCOBA, lembra que apresentou um anteprojeto de lei à Câmara de Vereadores, para regulamentação das rádios LM, mas a iniciativa não teve resultados. A presidente da Associação se pronunciou na Tribuna Popular da Câmara Municipal no dia 13 de junho de 2005. Na hora que Ivone começou a falar, "a maioria dos vereadores mudou de estação. Quem não deixou o plenário, estava falando no celular, conversando com colegas ou fazendo qualquer outra coisa que não fosse prestar atenção à presidente da ARCOBA" (SSA-JORNAL DA CIDADE, julho de 2005, p. 7).

À guisa de conclusão

Em tempos de desmaterialização da esfera pública, de virtualização do espaço público enquanto esfera do agir comunicacional e da ação política, iniciativas como as rádios comunitárias nas periferias metropolitanas apontam para a possibilidade de construção de entre-lugares para o encontro de diferentes, subvertendo as práticas das culturas dominantes e a produção de hegemonias universais. A ampliação da esfera pública burguesa revela-se, com a evolução dos meios de comunicação, como um princípio de hierarquização de culturas diferentes, transformadas paulatinamente em culturas desiguais.

As rádios comunitárias subvertem o princípio hierárquico da desigualdade porque funcionam como táticas que desmascaram a estratégia iluminista de legitimação do princípio de acessibilidade universal ao uso público da razão. A relação entre cultura e poder se evidencia, portanto, na análise dialética das táticas dos agentes que produzem culturas subdominantes ou alternativas frente às estratégias hegemônicas de produção cultural das classes dominantes e eruditas.

Concorda-se com Habermas (op. cit.), para quem o ideal de uma opinião pública esclarecida requer vigilância constante contra os riscos latentes de distorção através das mídias, do sistema político e da produção do conhecimento científico, subordinados aos interesses do mercado. Como construir a articulação de consensos a partir do livre entrecroque de argumentos e opiniões? Como articular consensos a partir do embate de diferentes idéias de cultura, sem hierarquizá-las nem torná-las desiguais?

A constituição de entre-lugares para o embate das diferentes idéias de cultura, como a criação do Fórum Permanente de Culturas Populares, em 2002, pode gerar futuras estruturas institucionais de gestão e formulação de políticas culturais na escala nacional. Essas políticas devem seguir sobretudo o princípio da inclusão sem hierarquização. Segundo Américo Córdula, coordenador do Fórum, o organismo foi criado logo após a aprovação da Lei de Fomento ao Teatro, por um grupo de artistas, produtores, índios, pesquisadores, antropólogos e sociólogos:

Nossa intenção era estudar e elaborar políticas públicas para as culturas populares. Formamos vários grupos de trabalho para discutir educação, políticas públicas e privadas, leis municipais, estaduais e federais. Dos encontros participaram repentistas, sambistas, capoeiristas, índios e artistas populares. Conseguimos estabelecer assim uma rede pela internet que logo atingiu o Brasil inteiro e outros grupos e fóruns. Nesse processo, percebemos que havia poucas leis e políticas voltadas para as culturas nacionais. (DISCUTINDO ARTE, n. 2, p. 37-41, 2005)

A autonomia dos diferentes agentes e grupos na formulação e gestão de políticas culturais na cidade contemporânea deve nortear, como princípio básico, a condução destes múltiplos e diferenciados processos identitários, a partir de diferentes e diversas idéias de cultura. Pensa-se aqui a autonomia na direção apontada pelo filósofo Cornelius Castoriadis: participação igualitária no processo de tomada de decisões como condição *sine qua non* para sua execução (CASTORIADIS, 1983).

O caso das rádios comunitárias ou alternativas e sua apropriação pelas classes populares mostram que as dificuldades financeiras e sua existência "não-oficial" são, na verdade, seu maior trunfo. Isso porque, por não se encaixarem na lógica de produção e consumo dos bens culturais de massa, acabam apontando para caminhos novos e ainda não percorridos pela cultura oficial, produtora de hegemonias e desigualdades.

A evolução de uma experiência pedagógica, de uma república de jovens, de uma equipe teatral ou de uma comunidade com autogestão encontra resistência, torna aparente os limites qualitativos da sua duração ou da sua extensão espacial, etc.: ela revela os 'lugares' ao atingi-los. Somente uma ação dá a conhecer aquilo que estava oculto na opacidade da vida social. (CERTEAU, op. cit., p. 251)

Para analisar tais experiências é oportuno considerar a sugestão de Certeau (op. cit.), de proceder a uma análise fenomenológica e praxeológica das trajetórias culturais dos grupos que produzem e reproduzem idéias de cultura alternativas à cultura dominante, apreendendo a composição dos lugares onde estes grupos atuam, bem como a inovação que modifica estes lugares ao atravessá-los, por sua abrangência de atuação.

Trata-se também de perceber que a cultura popular é mais abrangente que as "culturas de oposição", mas que estas últimas podem contribuir para enriquecer o universo da primeira, assim como o da produção cultural "de massa" (DOWNING, op. cit.). Saber quem faz uso dessas formas de expressão cultural de oposição e de que maneira elas são utilizadas deve se constituir, portanto, no cerne das pesquisas em Geografia Cultural, nesse campo de inter-relação entre os lugares e os modos de comunicação "alternativos".

Referências

- A Arte do Povo merece atenção. *Discutindo Arte*, n. 2, p. 37-41, 2005.
- A Rádio da caixinha. *SSA-Jornal da Cidade*, p. 6-7, julho de 2005.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. 5. ed. Coleção Debates/Política. São Paulo: Perspectiva, 2002a.
- ARENDT, Hannah. *O que é política?* 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b.
- ARENDT, Hannah. *A Dignidade da Política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002c.
- BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie. O conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- CLAVAL, Paul. "Modes de Communication, Spatialités et Temporalités". In: Rio de Janeiro Conference: Historical Dimensions of the Relationship Between Space and Culture, 1., 2003, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: International Geographical Union – Commission on the Cultural Approach in Geography, 2003, CD-ROM.
- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas paisagens Humanas. In: Córrea, Roberto Lobato & Rosendahl, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- DOWNING, John D. H. *Mídia Radical. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: SENAC, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- MITCHELL, Don. Não existe aquilo que chamamos de cultura: Para uma reconceitualização da idéia de cultura em Geografia. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, N. 8, p. 31-51, agosto/dezembro, 1999.
- RÁDIOS educam e divertem. *Jornal A Tarde, Local*, p. 10, 24/7/2005.

SERPA, Angelo. Mergulhando num Mar de Relações: Redes Sociais como Agentes de Transformação em Bairros Populares. *Geografia*, Rio Claro, SP, v. 30, n. 2, p. 211-222, maio/agosto. 2005.

SERPA, Angelo. Experiência e Vivência, Percepção e Cultura: Uma Abordagem Dialética das Manifestações Culturais em Bairros Populares de Salvador. *Rê e ga - O Espaço Geográfico em Análise*, Curitiba, PR, v. 8, n. 8, p. 19-32. 2004.

SERPA, Felipe. *Rascunho Digital. Diálogos com Felipe Serpa*. Salvador: EDUFBA, 2004.

UM bairro em busca da paz. *Jornal A Tarde*, Polícia, p. 14, 24/7/2005.